



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTROS DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO CONJUNTO CAOIJ/ CAOEDU nº 01/2021

OS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO encaminham o informativo 01/2021, com o escopo de orientar os órgãos de execução com atuação na defesa da Infância e Juventude e Educação, acerca das providências a serem adotadas diante da recusa infundada, dos pais ou responsáveis legais dos adolescentes, com relação à vacinação da COVID-19.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, caput, e a Lei nº 8.069/90, em seu art. 4º, caput, estabelecem, como dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, dentre outros, os direitos referentes à saúde e à educação;

CONSIDERANDO que o estatuto protetivo determina que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º, Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o do §1º do art 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a obrigatoriedade da vacinação das crianças, nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO que incumbe aos pais os deveres de sustento, guarda e educação dos filhos menores, nos termos do art. 22 do ECA;

CONSIDERANDO ser dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente (art. 70, caput, do ECA);

CONSIDERANDO que constitui infração administrativa, prevista no art. 249 do ECA, a conduta de descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 13.770, de 18 de maio de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da caderneta de vacinação para fins de cadastro, matrícula e renovação da matrícula dos alunos nos estabelecimentos de ensino público ou privado no âmbito do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO que a citada lei dispõe, em seu art. 1º, que a apresentação da Carteira de Vacinação constitui requisito obrigatório para o cadastro, a matrícula ou renovação desta nas instituições de ensino públicas ou privadas, até a 9º (nona) série do ensino fundamental, no âmbito do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO que a não apresentação da Carteira de Vacinação não impedirá o cadastro, a matrícula ou a renovação da matrícula da criança, concedendo o prazo de 06 (seis) meses aos responsáveis legais para regularizar a Carteira de Vacinação, bem como as vacinas obrigatórias que estejam atrasadas e reapresentá-la perante a instituição de ensino, nos termos do art. 2º, §1º, da Lei Estadual nº 13.770/2009;

CONSIDERANDO que o mesmo dispositivo legal prescreve, em seu §2º, que “caso os responsáveis legais não apresentem a Carteira de Vacinação ou não regularizem as vacinas obrigatórias no prazo de 06 meses, deverá a escola notificar os responsáveis legais para fazê-lo e, se no prazo de 30 dias, a situação não for regularizada perante a instituição de ensino, esta, obrigatoriamente, deverá comunicar o fato ao Conselho Tutelar e/ou ao Ministério Público Estadual”;

CONSIDERANDO que o PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (PNI) disponibiliza, no Sistema Único de Saúde (SUS), a vacinação contra a COVID-19, de natureza não obrigatória e com critérios técnicos predefinidos;

CONSIDERANDO que a vacinação contra a COVID-19 de adolescentes exige a anuência dos pais ou responsáveis;

CONSIDERANDO a notícia dando conta que adolescentes, embora manifestando interesse na vacinação contra a COVID-19, não estão logrando êxito, em face da recusa, sem amparo em prescrição médica nesse sentido, dos seus representantes legais;

CONSIDERANDO que crianças e adolescentes, sujeitos de direitos, e com maturidade psicoética demonstrada, têm obrigatoriamente garantidas a participação e a oitiva na definição de medida de promoção dos direitos e de proteção, incluindo o acesso às políticas públicas ofertadas (art. 100, parágrafo único, incisos I e XII, do ECA);

CONSIDERANDO que a autonomia do representante legal de paciente menor de idade ou por qualquer outra causa incapaz de consentir não prevalece quando a recusa a um tratamento colocar a saúde do paciente em risco ou expuser a população a perigo de contaminação, ex vi do contido na Resolução nº 2.232, de 17 de julho de 2019, do Conselho Federal de Medicina;

Encaminham o presente **INFORMATIVO**, com o escopo de orientar os Órgãos de execução com atuação na defesa da Infância e Juventude e Educação, no sentido de que, em cumprimento à legislação de regência supracitada:

I – seja expedido ofício à Secretaria de Educação, à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Ação Social, a fim de que:

. iniciada a vacinação contra COVID-19 de adolescentes, e no caso de recusa de autorização pelos pais ou responsáveis legais, seja dispensada ampla campanha informativa para procurarem, por canais de fácil acesso, o Ministério Público, o Conselho Pedagógico da Escola e/ou o Conselho Tutelar local, munidos de endereço e documentos de identificação.

II – seja criado fluxo entre os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos para recepção da demanda acima noticiada e seus respectivos encaminhamentos.

Recife, 03 de setembro de 2021.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Coordenador CAOPIJ

Sérgio Gadelha Souto
Coordenador CAOP Educação